

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Pregão nº 202022 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

ITEM 8

WS INFORTEC COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: 36.924.105/0001-84, por intermédio de seu representante legal, Waleria Silva Araujo Pina vem apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO.

Nos termos do que foi indicado na intenção recursal e conforme será desdobrado nesta peça, o motivo pelo qual o presente RECURSO é interposto está no fato de que o equipamento ofertado não atende ao requisito

" memoria homologada pela DELL para Servidor Dell PowerEdge R730 "

, de modo que a RECORRIDA está sendo beneficiada indevidamente por oferecer produto inferior ao exigido pelo TR e quebrando a isonomia do certame, bem como o vínculo ao instrumento convocatório, de modo que o ato que aceitou tal proposta precisa ser reformado.

1) DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RECURSAIS

A legitimidade recursal e o interesse de agir são verificados pela participação ativa da RECORRENTE no referido certame, tendo esta ofertado a oferta mais vantajosa para o referido Pregão.

Motivação e fundamentação seguem respectivamente, por escrito, nas sessões que tratam dos Fatos e do Direito, bem como o requerimento final que está sendo encaminhado

2) DOS FATOS

O referido certame teve seu andamento prejudicado pela aceitação equivocada da proposta da RECORRIDA, conforme segue:

O Edital é claro ao indicar que o modelo ofertado deve possuir as seguintes características:

"" Memória RAM DDR4 16GB com as seguintes características e especificações mínimas:

Tipo DRAM;

Tecnologia DDR4 SDRAM - DIMM 288-pin;

Capacidade de 16GB;

Velocidade de 2400 MHz (PC4-19200);

Checgem de integridade de dados ECC;

Compatibilidade para trabalhar em Dual Rank no servidor Dell EMC PowerEdge R730;

Para uso em servidores Dell R730 de Services Tags são JZ4S442 e 842Y442;

Garan a de 3 (três) anos direta com o fabricante devendo apresentar comprovação quando da entrega do HD;

Caso a licitante oferte modelo que não o de referência deverá apresentar comprovação de que o HD é homologado pela Dell Computadores do Brasil LTDA.

Modelo Referência: Memória RAM 16GB para Servidor Dell PowerEdge R730 2666MHZ (DELL SNPPWR5TC/16G) ou memória equivalente e homologada pela DELL e para aplicação em servidores mencionados acima. ""

Ou seja, entre os requisitos mínimos exigidos, está clara a necessidade de que o equipamento seja """" memoria homologada pela DELL para Servidor Dell PowerEdge R730 "".

Apesar disso, a RECORRIDA ofereceu MARCA KINGSTON Modelo KTD-PE426D8/16G, o qual não é uma memória homologada pela DELL para Servidor Dell PowerEdge R730.

Memorias homologadas pela DELL são da própria marca DELL.

Portanto, o equipamento ofertado pela RECORRIDA não atende os requisitos do termo de referência e, por isso, a proposta deve ser recusada, sob o risco de quebra do vínculo ao instrumento convocatório e da isonomia entre as licitantes,

3) DO DIREITO

O art. 3º da Lei 8.666 de 1993 dispõe que

Da licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais

vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Decreto 10.024 de 2019 determina no artigo 17, inciso I, que caberá ao pregoeiro, em especial, verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital; e dispõe no artigo 39 que o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto (...) observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26. O parágrafo único do art. 7º explica, entre outras coisas, que devem ser considerados as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.

Complementarmente, o artigo 44 da Lei 8.666 de 1993 trata do Julgamento da Proposta. O §1º afirma que

É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.

Portanto, conforme listado nos dispositivos acima, a legislação que rege o processo licitatório é clara ao exigir que pregoeiros e equipes de apoio sejam diligentes na verificação da adequação da proposta aos requisitos do edital, e somente a estes, observando se a mesma atende às especificações técnicas e demais condições do instrumento, julgando objetivamente se o objeto ofertado atende aos requisitos sem utilizar qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes. Ou seja, não pode a Comissão de Licitação adotar como critério técnico qualquer paradigma que seja estranho à previsão editalícia.

Isto assim se constitui pelo fato de que, para a Administração, eventual permissão para a tomada de decisão descumprindo requisitos editalícios configuraria grave ofensa à consecução do interesse público e ao princípio da legalidade, que preconiza pela atuação administrativa segundo a lei, isto é, mediante observação irrestrita das disposições contidas em lei, por meio da qual não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa pode fazer assim; para o administrador público significa deve fazer assim, conforme ensina Hely Lopes Meirelles. De sorte que, a fim de não incorrer neste processo na utilização de critério subjetivo, o que afrontaria também o princípio da igualdade entre os licitantes, é necessário que a proposta da RECORRIDA seja RECUSADA, pois NÃO cumpriu, na plenitude, os requisitos do Edital e, portanto, sua proposta não se constitui como sendo mais vantajosa para a Administração visto que se trata de produto inferior ao exigido.

4) DO PEDIDO

Diante do exposto, requer a RECORRENTE que seja dado provimento a este recurso e que seja reformado o ato administrativo que equivocadamente aceitou a proposta da RECORRIDA. Que esta proposta seja recusada pelo não atendimento a requisito do termo de referência, face à vantagem indevida que se configuraria ao se permitir que seja aceito equipamento inferior ao requerido.

Assim concluímos, certos do provimento e gratos pela atenção.

Nesses termos,

Pede deferimento.

WS INFORTEC COMERCIO LTDA
WALERIA PINA
RG: 31602169 SSP/SE
Empresário Individual

Voltar